

Sistema Público de Escrituração Digital – Um Estudo de Caso na Cooperativa Alfa

Sergio da Silva Portela Junior¹

Resumo

O presente estudo realizado na cooperativa Alfa teve como objetivo analisar os impactos devido à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, as principais mudanças nos processos de negócios envolvidos e também os requisitos dos sistemas de informação necessários para apoio à mudança dos processos. Este estudo justifica-se em virtude do SPED ser um sistema novo, que padroniza as informações ao fisco, sendo necessárias várias alterações nos processos das empresas. O método utilizado caracteriza-se pela abordagem qualitativa, com característica descritiva e de estudo de caso. Nesse sentido, foi realizado um estudo de caso na Cooperativa Alfa, onde os dados coletados, através de entrevistas com o Gestor Contábil e de Tecnologia da Informação, após analisados e interpretados, demonstraram os impactos e as mudanças na cooperativa com a implantação do SPED. Após o estudo, concluiu-se que o SPED fez necessárias mudanças ou revisões dos processos, não só na contabilidade e Tecnologia de Informação como cadastro de produtos, de clientes, de fornecedores, mas também em quase todos os setores, como o financeiro, o de compras e para se adequar às novas exigências.

PALAVRAS CHAVE: Sistema Público de Escrituração Digital. Tecnologia da Informação. Contabilidade.

Abstract

This study in Alfa cooperative aimed to analyze the impacts due to the implementation of SPED, the main changes in business processes involved and also the requirements of information systems needed to support change processes. This study is justified because of the SPED be a new system that standardizes the information to the tax authorities, which makes necessary changes in various processes of companies. The method is characterized by qualitative approach with descriptive characteristic and case study. In this sense, a case study was conducted at the Cooperative Alfa, where the data collected through interviews with the Accounting Manager and Information Technology, after analyzed and interpreted, demonstrated the impacts and changes in the cooperative with the implementation of SPED. After the study, it was concluded that the SPED makes necessary changes or revisions of processes such as registration of products, customers, suppliers and also in almost all sectors, such as financial, shopping, and not only in accounting and IT, to suit new requirements.

1

KEYWORDS: Public Digital Bookkeeping System. Information Technology. Accounting.

1. Introdução

A estrutura de uma empresa é organizada por processos, que podem ser conceituados conforme Souza Neto (2009) como atividades relacionadas e dirigidas para um objetivo definido. As organizações passaram a adotar o modelo baseado em processos com o intuito de se tornarem mais efetivas e também como uma maneira de se adequarem mais rapidamente às pressões impostas pelo ambiente. Os processos das empresas foram modernizados com os sistemas de informações que se tornaram uma importante ferramenta para otimização da comunicação e de tomada de decisões, quando passaram a ser utilizados de forma gerencial e com foco de informatizarem os processos. Nesta linha, Oliveira (2007) afirma que os sistemas tendem a melhorar a qualidade das informações e do processo decisório dos gestores.

De acordo com Ventorin (2006), os sistemas vieram a integrar todos os departamentos e as funções de uma organização num único sistema informatizado, sendo assim, o fisco brasileiro também precisou modernizar como as empresas informam suas obrigações, implementando o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Segundo Duarte (2009), a união entre os sistemas da informação e o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED modernizou a forma de comunicação das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores, passando a serem mais rápidas e confiáveis.

Com o mercado cada vez mais competitivo e a necessidade de processos mais efetivos, os sistemas de informação começaram a fazer parte das organizações. Segundo Laudon (2004), os sistemas de informação coletam dados extraídos de eventos reais que ocorrem nas organizações e no seu ambiente físico, realizam seu processamento transformando-os em informação e, finalmente, transferem a informação processada para as pessoas ou atividades onde serão utilizadas.

Com as empresas modernizando seus processos e decisões com o auxílio dos sistemas de informação, o governo brasileiro modernizou também a forma de comunicação entre empresas e fisco, criando o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme o site do SPED (2009) “o sistema faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequada”.

O SPED modernizou as informações das empresas ao fisco, antes em papel, passando a ser em formato digital, com redução de custos para o armazenamento de documentos para o cumprimento das obrigações acessórias, afirma Tonelli (2010).

Além disso, Young (2009) afirma que o SPED veio a padronizar e compartilhar as informações contábeis e fiscais, para promover a integração do fisco. Possibilidade de cruzamento dos dados contábeis e fiscais, a uniformização das obrigações acessórias, com a transmissão única das obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores.

Tendo em vista esta modernização trazida pelo SPED, onde os papéis foram substituídos por arquivos digitais e houve a padronização nas informações, representando assim o ponto-chave para a formulação do problema da presente pesquisa: Como os processos de negócios da Cooperativa Alfa foram impactados com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED?

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a mudança acarretada com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED nos principais processos de negócios da cooperativa envolvidos e os requisitos dos sistemas de informação necessários para apoio à mudança, buscando responder que mudanças impactaram os processos de negócios com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Na sequência, o presente trabalho aborda o Referencial Teórico, que irá tratar as referências teóricas sobre Processos, Sistemas de Informação, Sociedade Cooperativa e SPED. O terceiro item trata do Método de pesquisa adotado e o quarto aborda o caso estudado. Ao final, as conclusões e sugestões de pesquisas futuras são apresentadas.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Processos

Processos são etapas que uma empresa realiza para chegar ao seu objetivo. Segundo Rummler e Brache (1994) é uma série de etapas criadas para produzir um produto ou um serviço, onde alguns processos podem estar contidos dentro de uma série de processos, até chegar ao objetivo final.

Como as empresas têm objetivos diferentes, algumas são de produtos, outras de

serviços, os processos variam de empresa para empresa, dependendo do ramo de atividade, mas, de modo geral, o processo é definido como:

Um fluxo de trabalho com inputs e outputs claramente definidos e tarefas discretas que seguem uma sequência e que dependem umas das outras numa sessão clara. Os Inputs podem ser materiais, equipamentos e outros bens tangíveis, mas também podem ser informações e conhecimento. Nessa visão, os processos também têm início e final bem determinados (GONÇALVES, 2000, p.7).

Os processos são divididos em duas categorias principais: processos de negócios e processos gerenciais. O processo de negócios, conforme Smith e Fingar (2003) é um conjunto de atividades realizadas em uma organização, visando criar ou adicionar valor ao objetivo da empresa para atender seus clientes.

Este processo é uma importante vantagem competitiva para a organização, Gonçalves (2000) comenta que o grande desafio para as organizações atualmente é quebrar o paradigma da gestão centrada na estrutura departamental por funções e direcionar o foco aos seus processos, à estrutura departamental por processos, seja por meio da melhoria de serviços aos seus clientes, lançamento de novos produtos no mercado, redução de custos; tudo isso leva à gestão dos processos de negócio. Aos poucos, as organizações estão entendendo que seus processos de negócio são a fonte fundamental da vantagem competitiva.

Para que o processo de negócio consiga o objetivo de agregar valor aos clientes é preciso que os processos gerenciais mostrem as coordenadas corretas.

Os processos gerenciais desenvolvem as informações para medir, avaliar e tomar decisões. Para De Sordi (2005), processo gerencial é o caminho que o administrador utiliza para chegar a uma decisão. Colaborando com essa definição Beal (2004) diz que para serem eficazes, as organizações precisam ter seus processos gerenciais alimentados com informações relevantes, oportunas, completas e exatas obtidas de forma eficiente e adaptadas às necessidades do negócio.

Salienta-se que as empresas durante anos mantiveram a visão de que o colaborador competente em determinada função não deveria ser trocado, tornando-se um especialista naquele processo, assim os processos das empresas permaneceram por anos sem sofrerem alterações relevantes, “a especialização dos profissionais da organização em torno de algumas competências, ou melhor, nas suas funções de trabalho, colaborou para consolidação de áreas funcionais nas quais os especialistas permaneciam lotados” (DE SORDI, 2005).

Após anos realizando processos da mesma maneira, a tecnologia começou a fazer

parte das organizações, já que “tomar decisões durante o processamento manual de informações estava se tornando cada vez mais difícil por inúmeras razões, assim sistemas de informação começaram a fazer parte da rotina das empresas” (TURBAN, MACLEAN, WETHERBE 2004, p. 367).

Bellotto (2004) comenta que o advento de sistemas de informação propiciou que os esforços físicos fossem substituídos por softwares específicos capazes de extrair dados, transformando-os em conhecimento e estes em informações. A partir desta nova era do conhecimento, a informação começou a fluir com uma velocidade muito superior aos controles físicos, derivando-se a novas formas de controlar, organizar, armazenar e disponibilizar informações para a tomada de decisões e para agilizar processos.

2.2. Sistemas de informação

Os sistemas de informação vieram para auxiliar as organizações em seus processos e vêm sendo rapidamente disseminados por trazerem cada vez mais velocidade e eficiência aos processos, “o objetivo de usar os sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações sejam confiáveis e possam fluir na estrutura organizacional” (BATISTA, 2004, p. 39).

O sistema de Informação é definido como:

Um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta, processa, armazena e distribui informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar suporte à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.” (LAUDON e LAUDON, 2004, p. 7).

Com os sistemas de informação auxiliando as empresas, a base de dados passou a ser única e compartilhada por toda a organização, assim o software passou a controlar todos os principais processos empresariais com uma só arquitetura em tempo real, tendo como objetivo principal, integrar todos os departamentos e funções em um único sistema de informações que possa atender melhor a todas as necessidades da empresa, assim comenta (Turban, Maclean, Wetherbe (2004).

Com o sistema integrado a uma mesma base de dados, Chopra e Meindl (2003), afirmam que o sistema tornou ainda mais um instrumento para a melhoria de processos de

negócios: como a produção, compras ou distribuição e com informações on-line e em tempo real. Em resumo, o sistema permite visualizar por completo as transações efetuadas pela empresa, permitindo visualizar um amplo cenário de seus negócios.

Os sistemas de informação se tornaram essenciais dentro das empresas, Stewart (1998) diz que é difícil encontrar um único setor, empresa ou organização de qualquer espécie que não tenha passado a fazer uso intensivo dos sistemas de informação – que não tenha se tornado dependente do conhecimento, como fonte de atração para consumidores e clientes e como instrumento gerencial.

Com as empresas quase que totalmente com suas informações em uma base digital, o governo precisou modernizar a integração entre as empresas e o fisco. “Os sistemas de informações tornam-se eficazes não só para as empresas, mas também para governo e sociedade como um todo. Foi pensando nisso que o governo implantou o SPED” (CIRINO, 2010). Assim deu início ao projeto chamado de Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme Giroto (2008) a ideia é permitir uma maior integração do Fisco em todas as suas esferas, visto que os movimentos contábeis e fiscais serão enviados digitalmente para uma base de dados compartilhada por diversas entidades brasileiras.

2.3. SPED

No ano de 2003, iniciou o projeto piloto do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Segundo Duarte (2009), no mês de dezembro do ano de 2003 ocorreu o primeiro grande passo para a criação do projeto SPED, com a alteração da Constituição Federal, quando se estabeleceu que as entidades governamentais deveriam possuir condições de realizar suas atividades de uma forma mais integrada, compartilhando informações fiscais. Conforme o site do Planalto Federal, a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, determina, resumidamente, que:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, (...) atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Após o projeto do ano de 2003, iniciou os ajustes por parte da administração pública

para se adequar à nova realidade que estava sendo implementada, assim, no ano de 2007, entrou em vigor o SPED, conforme site da Receita Federal diz:

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

De acordo com o sítio da Receita Federal, o Sistema Público de Escrituração Digital consiste:

Na modernização atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica, porém agora de forma digital.

Com a entrada da SPED “está sendo iniciada uma nova era regida pela tecnologia da informação, que fará parte do cotidiano dos empresários, de advogados, contadores e demais profissionais: rotinas de transmissão de dados com assinatura digital, manipulação de arquivos eletrônicos, etc.” (BRITO, 2008).

Young (2009) define os principais objetivos do SPED que são:

Padronizar e compartilhar as informações contábeis e Fiscais, para promover a integração do fisco. Possibilidade de cruzamento dos dados contábeis e fiscais. Uniformização das obrigações acessórias, com a transmissão única, das obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores. Melhorar o controle dos processos tributários, com rapidez no acesso às informações e tornar mais efetiva a fiscalização das operações e identificação de ilícitos tributários, através do cruzamento de dados e auditoria eletrônica. Redução de custos com a utilização de papeis e recursos para impressão de documentos.

Houve necessidade de toda a cadeia envolvida no processo ajustar a nova realidade do SPED, já que o sistema público padronizou a forma com que as empresas comunicam com fisco. As informações dependem de todos os envolvidos no processo como: fornecedores, logística, distribuidores e demais, apesar de cada empresa ter um processo para chegar ao seu objetivo. O SPED padronizou a informação do fisco, independente da atividade, sendo assim foi necessário ajuste de todos:

Houve a necessidade de revisão de processos voltados às áreas de vendas, compras, logística, contábil. É essencial avaliar as condições da empresa de se adequar às novas exigências do Fisco, seja quanto a sistemas, pessoas e modelos de operação. Trata-se de uma grande reengenharia no sistema de gestão que, em certos casos,

pode envolver também o treinamento e adequação de fornecedores e clientes (DUARTE 2009, p. 2).

Além dos processos das empresas, o SPED também fez necessários ajustes nos sistemas de informação para contemplar as novas informações necessárias ao sistema público e também para que os sistemas se enquadrem aos novos processos das empresas:

O SPED opera com formulários eletrônicos padronizados e, portanto, não aceita nada fora do lugar nem campos em branco, no caso do preenchimento de um cliente o sistema não aceita nem mesmo que o nome da rua e o número do imóvel sejam preenchidos no mesmo campo. Tudo tem de estar exatamente no espaço correto (PADUAN, 2009, p. 44).

Com a entrada do Sistema Público de Escrituração Digital foi necessário que as empresas ajustassem os processos e os sistemas de informação, conforme Duarte e Paduan comentaram, para contemplar todas as exigências trazidas pela padronização por parte do fisco.

2.4. Sociedade Cooperativa

A Lei 5.764, de 1971 rege hoje as cooperativas do Brasil, a qual não possui um artigo que trata em específico os princípios das sociedades cooperativas. Isso não significa que tais princípios não existam na legislação brasileira. Conforme o Art. 4º: “As cooperativa são sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelos seguintes características.”

As cooperativas possuem uma tributação diferenciada, sendo divididas entre ato cooperado e ato não cooperado. Ato cooperado é definido pela Lei 5.764/71 como sendo “atos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associado, para a consecução dos objetivos sociais.” Ato cooperativo conforme definição da própria lei, “não implica operações de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.”

Ato não cooperativo é todo aquele que não se enquadra como ato cooperativo, sendo necessário para a cooperativa melhor administrar os interesses de seus cooperados, principalmente quando a cooperativa faz um investimento financeiro e terá como resultado os

juros dessa aplicação, o ganho de capital na venda de imobilizado, receita de aluguel, participação em sociedades não cooperativas, comercialização ou industrialização pelas cooperativas agropecuárias, de produtos adquiridos de não associados para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos, e muitos outros são considerado ato não cooperado, segunda a receita federal não tem vinculação com a prestação de serviço da cooperativa a seus associados.

Tendo a tributação diferenciada em virtude do ato cooperado e ato não cooperado, a uma diferença com o trato da tributação do IRPJ (imposto de renda sobre pessoa jurídica), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), PIS e Cofins e ISS (Imposto sobre serviços).

Quanto ao IRPJ, os atos cooperativos não devem sofrer tributação, conforme estabelece o art. 182 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99):

Art. 182. As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 3o, e Lei no 9.532, de 1997, art. 69).

Tratando de atos não cooperativos, passa a existir a tributação do IRPJ, conforme trata o art. 183:

Art. 183. As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica pagarão o imposto calculado sobre os resultados positivos das operações e atividades estranhas à sua finalidade, tais como (Lei no 5.764, de 1971, arts. 85, 86, 88 e 111, e Lei no 9.430, de 1996, arts. 1o e 2o):

I - de comercialização ou industrialização, pelas cooperativas agropecuárias ou de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais;

II - de fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais;

III - de participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.

A tributação quanto ao CSLL é muito parecido com a do IRPS, conforme trata o art. 39 da Lei 10.865/2004.

Art. 39. As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação

específica, relativamente aos atos cooperativos, ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.". Mais uma vez, o essencial para estabelecer-se a isenção (na realidade, não incidência) da CSLL, é a classificação do ato em cooperativo ou não cooperativo.

Quanto ao PIS/COFINS nas cooperativas, existe uma certa discussão:

Em relação ao PIS e a COFINS, a discussão passa, também, sobre a revogação da isenção antes prevista pela Lei Complementar n. 70/91, que para muitos teria sido inconstitucional, já que operada pela Lei 9.718/98, lei ordinária, bem como segundo o argumento que tais contribuições incidem sobre a receita e antes, o faturamento – das cooperativas. Como muitos entendem que o ato cooperativo não importa operação de mercado, bem como seus resultados não representam verdadeiro faturamento, já que são distribuídos imediatamente aos cooperados, não haveria incidência dessas contribuições sobre os atos cooperativos. (DA SILVA, 2010).

O recolhimento do ISS também gera muitas dúvidas se é ou não obrigatório o recolhimento por parte das cooperativas, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em relação à exigência do ISS, decidiu que: “cooperativas sem fins lucrativos, não estão obrigadas ao recolhimento do ISS as cooperativas, constituídas para prestar serviços a seus associados, sem fins lucrativos (REsp no 33.260-0/SP)”

3. Metodologia

A fim de atingir o objetivo proposto para esta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos para correta abordagem e análise do assunto. Quanto à forma de abordagem do problema, esse artigo é classificado como pesquisa qualitativa, visto que esse estudo visa analisar e compreender as mudanças nos processos devido ao SPED, conforme Richardson (2009) argumenta:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudanças. (RICHARDSON, 2009).

Os procedimentos técnicos desse estudo, é classificada como estudo de caso, porque caracteriza como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010).

Nesse estudo de caso o fenômeno contemporâneo é o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED na Cooperativa Alfa.

A cooperativa conta com aproximadamente 5.000 associados e possui como principal atividade o recebimento de grãos, em suas nove unidades recebedoras de grão no interior de Júlio de Castilhos e em outros municípios da região, que representa 80% do faturamento. A empresa também é composta por três postos de combustíveis, um supermercado e cinco agropecuárias, formada por uma equipe de 322 funcionários, entre efetivos e temporários.

A coleta de dados foi realizada por meio de documentação direta e indireta. Quanto à documentação indireta, foi escolhido o tipo pesquisa bibliográfica, de acordo com Vergara (2010), a revisão bibliográfica fornece um instrumento analítico para qualquer outro tipo de pesquisa e pode ser realizada com base na consulta de material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. E direta com a observação dos processos e entrevista com os líderes da Tecnologia da Informação e da Contabilidade, a partir do roteiro no Apêndice A.

4. O Caso da Cooperativa Alfa

Foi realizado um estudo de caso limitado a uma única cooperativa e a fim de preservar a identidade da mesma, passou se denominar Cooperativa Alfa. Trata-se de uma cooperativa que tem como atividades o Recebimento de Grãos, Postos de Combustíveis, Agropecuárias e Supermercado, estando situada na região central do Rio Grande do Sul.

O regime de tributação da empresa em estudo é o Lucro Real para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social e o Débito e Crédito para apuração do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS).

Para verificar quais os impactos da implantação do SPED na empresa, foi realizada uma entrevista com a gestora da Contabilidade e com o gestor de Tecnologia da Informação a fim de obter informações sobre o processo de implementação do SPED.

Ao perguntar ao gestor de TI, como a cooperativa se preparou para a implantação do SPED, ele respondeu que foi implementado o sistema Enterprise Resource Planning (ERP) Protheus 11 da fabricante Totvs, presente em 53% das empresas de médio e pequeno porte, com o objetivo de automatizar os processos existentes e também ficar alinhado com as regras

e leis governamentais, como por exemplo, o SPED.

A necessidade de investir em Software é um ponto comentado por Correia (2011), que com o SPED as empresas não tiveram outra alternativa a não ser investir em estrutura física, como um bom Sistema ERP, uma necessidade que gera custos, mas foi a única forma de garantir o cumprimento das novas exigências dos órgãos fiscalizadores.

Para a gestora contábil, a primeira ação tomada foi verificar os cadastros de clientes, de fornecedores e de produtos, visto que algumas informações necessárias não constavam nos cadastros do sistema, sendo então necessário criar novos campos e atualizá-los com as novas informações.

Ao questionar os dois entrevistados, sobre qual o papel deles no processo junto ao departamento que lideram, o profissional contábil respondeu que sua função focou na coordenação de todo o processo do SPED, desde acompanhar a revisão de cadastros, auxiliar a TI na parametrização das regras para implantar o sistema, acompanhar a conferência dos valores e envio, também ensinar a sua equipe a conferir e enviar o SPED. O gestor de TI foi responsável por gerenciar e facilitar a execução do processo conforme orientações recebidas do setor contábil.

Percebe-se que o contador desenvolve um papel importante no processo, pois não adianta a empresa ter uma equipe excelente em TI se o profissional contábil não orientar e nem realizar as validações corretas das informações que serão informadas ao fisco brasileiro.

Referente às principais mudanças ocorridas na parte de Tecnologia da Informação, para o setor contábil foi a parametrização do sistema Protheus 11 para gerar SPED. Com relação ao departamento de Tecnologia da Informação, a principal ação foi a implementação de um ERP para gerar os arquivos e o treinamento dos usuários que utilizaram o Protheus 11.

Nota-se que a implantação envolve muitos setores, pois se trata de um processo com várias mudanças, não só na Contabilidade como também nas demais áreas, visto que ela não trabalha só e qualquer alteração nela influencia direta ou indiretamente todos os processos da empresa. A fase de implantação do sistema deverá seguir alguns procedimentos para alcançar os objetos propostos, Colângelo Filho (2011, p. 71) comenta que:

A implantação envolve uma grande quantidade de tarefas que são realizadas em períodos que variam de alguns meses a alguns anos, e dependem de diversos fatores, tais como: as dimensões da empresa, a magnitude do esforço de redesenho dos processos, a disponibilidade de recursos etc. (COLÂNGELO FILHO (2011, p. 71)

Para apurar as mudanças ocorridas na empresa, foram questionadas quais as áreas da cadeia produtivas envolvidas e quais as principais mudanças nelas ocorridas. A gestora contábil respondeu que foi na Contabilidade, Tecnologia da Informação, Financeiro e Compras. No setor Financeiro, foram necessárias a revisão e adequação dos cadastros de clientes e de fornecedores. No departamento de compras, a conferência das notas recebidas para ver se estava de acordo com as novas regras da legislação. Mas, de modo geral, foi preciso a revisão em todos os setores, como a solicitação dos cadastros de produtos que precisou ser mais detalhada (ex: informar NCM – Nomenclatura Comun do Mercosul). Também foi necessário que a contabilidade revisasse sua função e precisou contratar mais dois colaboradores para trabalharem diretamente na preparação do SPED, conferindo informação, verificando se tudo estava conforme exige o fisco e quando encontrada alguma falha, esses colaboradores tiveram a liberdade de procurar o setor responsável e informar como deve ser o processo correto, já que a Contabilidade é responsável pela preparação, pela conferência das informações e pelo envio do SPED, no anexo 1 mostra o diagrama exemplificando a implantação do processo.

Já o gestor da TI respondeu que “O SPED é baseado em informação lançadas no ERP, assim foi combinada uma estratégia com todos os setores para ajustar os processos que alimentam o sistema como notas de entradas e de saídas. No momento da geração dos arquivos digitais, o pessoal responsável pela emissão e validação dos arquivos recebeu treinamento da equipe de Tecnologia da Informação e Contabilidade”, colaborando com a resposta dos gestores, Duarte (2010) comenta que:

O problema está na qualidade das informações: cadastros de clientes, fornecedores, transportadores, produtos, insumos, classificações fiscais, NCM, alíquotas, bases de cálculo, etc. Quanto mais validações existirem no ERP, menor a possibilidade de inconsistência de dados. Se possível, deve-se realizar auditorias eletrônicas para consistir os dados de documentos de entrada, saída, estoques, faturamento e tributos. (DUARTE, 2010)

Além das mudanças citadas pelos gestores, Correa (2009) afirma que os principais impactos nas empresas envolvem:

PESSOAS;

- Investir em capital humano através de treinamento dos setores responsáveis (RH, DP, contábil etc.);
- A capacitação da mão de obra é fundamental para garantir a transição e execução dos novos processos;
- Comunicação entre as áreas de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação,

Contabilidade, Financeiro, Faturamento, Compras, Jurídico e Fiscal.

PROCESSOS FUNCIONAIS;

- Rotinas atuais (os processos internos devem estar de acordo com as legislações trabalhistas e tributárias);
- Todas as empresas devem corrigir desde já eventuais descumprimentos à legislação trabalhista e previdenciária;
- Definição da matriz de responsabilidade.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Melhoria ou alteração de plataforma (XML, Web Services, assinatura digital, etc.);
- Qualidade de dados gerados e validação antecipada dos dados;
- Parametrizações.

Analisando as respostas, nota-se que cooperativa precisou se organizar, rever seus processos e a capacidade dos Recursos Humanos disponíveis, implicando em investimentos financeiros, o que é inevitável frente às novas exigências e também a necessidade de uma mudança cultural, no anexo 2 mostra as informações enviadas ao fisco via SPED.

Ao questionar os gestores sobre quais os principais processos foram necessários ajustes para se adequarem às obrigações do SPED, a gestora Contábil respondeu que foi na parte do cadastro dos produtos, pois havia muitos com a tributação incorreta e sem a respectiva NCM. Além das operações fiscais que precisaram ser adequadas como, por exemplo, os Tipos de Entrada e Saída (TES), pois conforme o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) calcula ou não o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Já o gestor da Tecnologia da Informação comentou que os principais processos são os que alimentam as informações no ERP, como notas fiscais de entrada e saída, movimentações contábeis e ajustes de cadastros.

Conforme as repostas dos gestores, percebe-se que a adequação ao Sistema Público de Escrituração Digital envolve muitos setores dentro da cooperativa, tornando-se ainda mais complexa essa adequação, visto que depende de vários processos para chegar a um resultado final.

Por ser um processo novo foram questionadas sobre as principais vantagens e desvantagens que poderiam ser elencadas com a implantação do SPED. Para a gestora contábil a principal vantagem é segurança na apuração do PIS e COFINS, pois o SPED requer que as informações estejam completas e corretas. O validador do programa gera erros ou avisos, contribuindo assim para a correção de cadastros ou processos. Entretanto como desvantagem ela não vê nenhuma, pois apesar do trabalho ser bem grande, a segurança nos

dados enviados ao fisco é maior. Nessa mesma pergunta o gestor de Tecnologia respondeu que “a vantagem é ter uma sistema com a parte cadastral correta e ajustada de acordo com a legislação vigente. A desvantagem é o tempo que profissionais usam para gerar e enviar os arquivos, onerando a folha de pagamento com um número maior de profissionais”. Nessa mesma linha, Cleto (2006) afirma que:

O atual modelo tributário reflete um sistema extremamente burocrático que impõe aos empreendedores uma grande perda de tempo para atender às exigências das autoridades fiscais em suas milhares de normas e regulamentos. Isso, na prática, significa tirar do empresário grande parcela da dedicação que deveria ser colocada na sua atividade fim, que é a venda de mercadorias, produtos e serviços. Ocorre, portanto, um verdadeiro entrave para o desenvolvimento do país se comparado aos demais países no atual mundo integrado e globalizado. (CLETO, 2006)

Sobre a customização com a implantação do SPED no ERP usado pela empresa, ambos comentam que foram necessários ajustes. Para a gestora contábil, alguns ajustes ocorreram na parte cadastral, pois o sistema já atendia a maior parte. Já na rotina de geração do arquivo teve que ser customizada, por não estarem, devidamente, ajustadas às regras da empresa no sistema.

O gestor da TI comenta que foram realizadas algumas mudanças no ERP para se adequarem as informações da empresa ao SPED, mas a grande maioria do sistema não precisou de customizações, porque a empresa utiliza um sistema que mantém suas funções alinhadas com as necessidades do fisco.

Observando as respostas de cada gestor, nota-se a importância do profissional contábil na implantação do SPED, pois o contador precisa de habilidades que vão muito além de efetuar lançamentos contábeis e gerar relatórios. Ele tem a função e a capacidade de conduzir todo o processo para que o objetivo principal seja alcançado:

O contador tem um papel fundamental no processo de comunicação de uma empresa, pois ele é um comunicador em potencial, porque está em sintonia com todas as áreas. Além disso, ele tem a função idêntica a de um repórter que busca informações importantes, trata estas informações sem distorcê-las e as repassa fidedignamente. (MARION, 2011).

Já que houve necessidade de customizações no sistema e também de rever os processos, foram questionados aos gestores, se a cooperativa precisou rever conceitos fiscais usados na organização para se adequar ao SPED. A gestora contábil respondeu que sim, foi necessário revisar todas as operações fiscais, adequando as que davam direito a crédito ou as

que geram débitos. O gestor de Tecnologia da Informação complementa que a principal revisão da parte fiscal foi nos cadastros das informações do ERP.

Ao serem questionados sobre quais as dificuldades que a empresa vem enfrentando para se adequar a essa nova forma de controle proposto pela Receita Federal, a contadora respondeu que a maior dificuldade foi manter os cadastros os mais corretos possíveis, pois são muitos produtos e nem todos são claros quanto à sua classificação, e isso requerer uma demanda maior de tempo e envolvimento para deixar tudo certo. Para o profissional de TI, foi a ausência de processo formalizado e o sistema que não atendia todas as demandas fiscais.

Diante das situações explanadas pelos entrevistados, percebe-se que a contabilidade e a TI estão em constantes atualizações e mudanças. Silva (2000, 26) comenta que “o mercado atual requer modernidade, criatividade, novas tecnologias, novos conhecimentos e mudanças urgentes na visão através dos paradigmas, impondo, com isso, um desafio: o de continuar competindo.”

Também foi questionado aos gestores, como profissionais e com bastante conhecimento na sua profissão, como enxergam as mudanças ocorridas em suas profissões com a entrada do SPED? E as oportunidades para o futuro? Segundo a contadora “é uma obrigação bastante trabalhosa, mas vejo de muita importância, pois vai cada vez mais inibir a sonegação.” Além de multas, pelo não envio a Receita Federal, pode-se auditar se os dados são corretos, assim inibindo que empresas deixem de lançar corretamente suas operações. O gestor de TI comentou que, no setor de Tecnologia da Informação, vê com bons olhos a utilização de sistema como o SPED, pois padroniza os arquivos digitais e também pelo motivo de alinhar o setor de Tecnologia da Informação com as demais áreas da empresa, através da utilização de um ERP.

Finalizando as questões, foram indagados sobre quais são os cuidados que os senhores aconselham às empresas que ainda não são obrigadas ao SPED para não sofrerem surpresas futuras na implementação do Sistema Público de Escrituração Digital. O gestor de Tecnologia da Informação aconselha que a empresa deverá possuir um sistema adequado, formalizar e ajustar os processos de negócio. A gestora contábil complementa que, além do sistema, é importante registrar corretamente todas as operações fiscais e atentar muito para cadastro dos produtos, pois é a partir dele que as informações serão levadas para SPED, conforme anexo 3.

5. Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos e complexidades geradas com a implantação do SPED na Cooperativa Alfa.

Após o estudo, observou-se que a implantação de um sistema como o SPED provoca impactos em diversas áreas da cooperativa, pois se trata de um processo que envolve não só a contabilidade, mas também a TI e a logística, sendo que as principais áreas envolvidas tiveram modificações nos processos e revisão das principais atividades desenvolvidas.

A contabilidade é a principal ferramenta de informações dentro de uma empresa e trabalha interligada com todas as áreas. Atualmente, estas informações são enviadas de forma online ao fisco, logo é necessário que elas estejam corretas e de acordo com as normas do sistema de tributação brasileiro. Pela pesquisa realizada, percebe-se que o profissional de contabilidade é peça chave no controle do processo de implantação do SPED, pois é ele que detém o conhecimento contábil e fiscal. Para a cooperativa estudada, este profissional deverá ter uma visão ampla da empresa, ser capaz de analisar os impactos de qualquer decisão tomada, principalmente na necessidade de modificar os processos de trabalho e também que tenha boa noção de sistemas de informação.

A implementação de um sistema em uma cooperativa deve ser realizado após uma análise detalhada e com uma preparação adequada para que ocorra tudo da melhor forma possível. A informação, como vista nesta pesquisa, é primordial. Procurar treinamentos específicos e atualizar-se são fatores essenciais para se evitar problemas.

Adquirir softwares e equipamentos que atendam às novas exigências também são fundamentais durante o processo. A empresa deve instituir uma estrutura bem estabilizada, pois a legislação continua a mesma, o que mudou foi a forma de envio das informações, antes era realizado em papel, com o SPED passou a ser digital. Portanto, o arquivo eletrônico precisa ter os mesmos cuidados permanentes, tal como ocorria com o uso de papéis. Para isso se fazem necessárias grandes estruturas de backups que devem ser feitas em máquinas seguras e com grande capacidade.

A implementação do Projeto SPED está trazendo muitas transformações na área contábil, principalmente para o profissional da área, pois o mercado está cada dia mais rigoroso, exigindo profissionais capazes de desenvolver novas habilidades que vão muito além de ser um simples despachante do governo. Atualmente, o profissional de sucesso

enxerga nas mudanças a oportunidade de reinventar processos e traçar novos caminhos em busca de um constante crescimento.

Esta transição nas empresas está exigindo dos profissionais de contabilidade um conhecimento maior na área de Tecnologia de Informação, pois ela é, hoje, uma importante ferramenta de auxílio no desempenho da profissão. No estudo realizado, notou-se como é imprescindível o conhecimento de Sistemas de informação por parte daqueles que trabalham com a Contabilidade.

Este estudo ainda auxiliou na compreensão do novo panorama que vem se definindo a partir do SPED. As mudanças exigidas pelo governo, em boa parte, já estão sendo realizadas na cooperativa estudada, sendo necessária uma constante busca de informação e atualização para cumprir com as novas exigências. Este estudo de caso colaborou muito na compreensão do novo cenário contábil e tecnológico, porém há muito ainda a ser estudado e analisado, ficando como sugestão para outros estudos e pesquisas que poderão ser a customização com a implantação ou ainda os impactos no mercado de papéis após a realidade do projeto SPED.

Referências

- BATISTA, E. O., **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia**, 2004.
- BAHIA C., **História do Cooperativismo**, 2011. Disponível em: <<http://www.bahiacooperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 02 de dez. 2014.
- BEAL, A., **Gestão Estratégica da Informação: Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BELLOTO, H. L., **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro, 2004.
- BRITTO, D. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. 2008. Jus Vigilantibus. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/35924>>. Acesso em: 31 de jun. 2014.
- CHOPRA, S., MEINDL, P., **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Estratégia, Planejamento e Operação**. Prentice Hall, 2003.
- CIRINO, E. S., **A era do conhecimento e a adoção do SPED – Como impacto na contabilidade**. 2010. Artigo - Faculdade Ateneu Fortaleza, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.fate.edu.br/revistacontabeis>>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- CLETO, N., **Contador**, 2006. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/>> Acesso em: 02 nov. 2014.
- COLANGELO FILHO, L. **Implantação de Sistemas ERP (Enterprise Resources Planning): Um enfoque de longo prazo**, São Paulo: Atlas, 2011.
- CORREIA, E. N., **Sindicato das Empresas de Assessoramento de Serviços Contábeis de Londrina**, 2009. Disponível em: <<http://www.sispro.com.br/>> Acesso em: 10 nov. 2014
- DA SILVA, F.B., **A tributação das cooperativas**, 2010. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/V%20MOSTRA%20DE%20PRODUO%20CIENTIFICA/DIREITO/14-.pdf>> Acesso em: 02 de dez. 2014
- DE SORDI, J. O. **Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DUARTE, R. D., **Big Brother Fiscal – III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF- estão transformando a Gestão empresarial no Brasil**. Editora café laranja comunicação, 2009.

DUARTE, R. D., **entrevista ABC71**, 2010. Disponível em: <<http://www.abc71.com.br/>>
Acesso em: 02 nov. 2014.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIROTTI, M., **SPED Contábil, o novo paradigma**. In: Revista Brasileira de Contabilidade. Editada pelo CFC, ano XXXVII. n. 170. Mar./Abr. 2008.

GONÇALVES, J. E. L., **As empresas são grandes colecionadoras de processos**. Revista de Administração de Empresas, v. 40 n. 1, p.6-19, 2000.

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P., **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. Tradução de Arlete Simille Marques. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MARION, J. C., **Contabilidade Empresarial**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, D. P. R., **Sistemas de informações gerenciais**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.

PADUAN, R. **Uma verdadeira maratona para se adaptar ao SPED**. Revista EXAME, 2009.

PLANALTO FEDERAL DO BRASIL. **Emenda Constitucional nº 42, de 19 de Dezembro de 2003**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 24 de jun. 2014.

PLANALTO FEDERAL DO BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 02 de dez. 2014.

PLANALTO FEDERAL DO BRASIL. **Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 03 de dez. 2014.

PLANALTO FEDERAL DO BRASIL. **Lei nº 10.865, de 30 de Abril de 2004**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 03 de dez. 2014.

RICHARDSON, R. J., **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUMMLER, G. A.; BRACHE, A. P., **Melhores desempenhos das empresas**. São Paulo: Makron Books, 1994.

SILVA, Tania Moura. Currículo Flexível: Evolução e Competência. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade do CFC, edição Ano XXIX – No. 121 – Janeiro/Fevereiro 2000 – páginas 23 a 27.

SISTEMA PUBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>>. Acesso em 20 mai. 2014.

SMITH, H.; FINGAR, P., **Business Process Management: the third wave**. Meghan, 2003.

SOUSA NETO, M. V. **Afinal, o que é Business Process Management (BPM)?** – Um novo conceito para um novo contexto. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, n. 2, 2009.

STEWART, T. A., **Capital intelectual**. 5ª ed. Rio Janeiro: 1998.

TONELLI, M. **SPED Brasil: Rede virtual de aprendizado SPED**, 2010. Disponível em: <<http://www.spedbrasil.net>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

TURBAN, E. F.; MACLEAN, E; WETHERBE, J., **Tecnologia da Informação para Gestão: Transformando os Negócios na Economia Digital**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

VENTORIN, A. J., **ERP – Enterprise Resource Planning: uma Abordagem aos sistemas de gestão integrada**. UNIVEN Faculdade Capixaba de Nova Venécia, 2006.

VERGARA, S., **Métodos de pesquisa em administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.

YOUNG, L. H. B., **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

APÊNDICE A

Questionário dirigido aos líderes da Contabilidade e da Tecnologia da Informação sobre o SPED na empresa em estudo:

- 1 - Como a empresa iniciou o preparo para a implantação do SPED ?
- 2 - Quais as principais mudanças ocorridas na parte de TI?
- 3 – Como foi o seu papel no processo junto ao seu setor?
- 4 - Quais as áreas da empresa que foram envolvidas (Logística, Financeiro, Comercial e etc.) e quais as principais mudanças nelas ocorridas para contemplar as informações exigidas pelo validador do SPED?
- 5 - Foram necessárias muitas customizações no ERP para se adequar ao SPED? Por quê?
- 6 – Quais os principais processos que sofreram ajustes para se adequarem às obrigações do SPED?
- 7 – Foi necessário rever conceitos fiscais usados na empresa para se adequar ao SPED??
- 8 - Quais são as vantagens e desvantagens que poderiam ser elencadas com a implantação do SPED nos processos da empresa em geral? E de forma específica, no seu setor?
- 9 – Em sua opinião, quais são as dificuldades que a empresa vem enfrentando para se adequar a essa nova forma de controle proposto pela Receita Federal?
- 10 - Você como um profissional e com bastante conhecimento na sua profissão, como enxerga nas mudanças ocorridas na sua profissão com a entrada do SPED? As oportunidades para o futuro?
- 11 – Para as empresas que ainda não estão obrigadas ao SPED, quais são os cuidados que você aconselha tomar para não ter surpresas futuras em relação ao SPED?

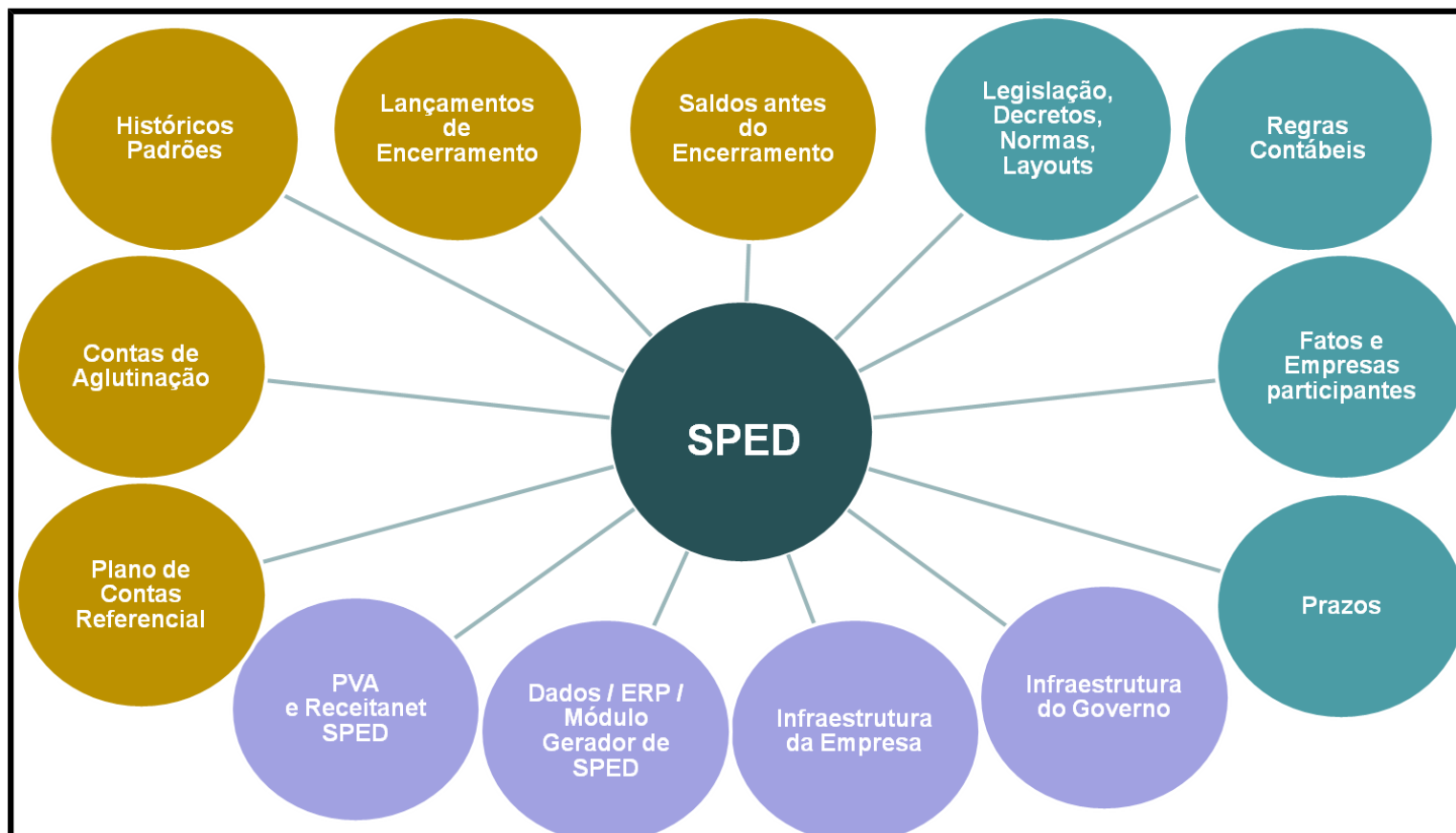
ANEXOS:

Anexo 1: Diagrama mostrando os ajustes necessários na estrutura da empresa para implantação:



Fonte: Disciplina de EAD Sistemas de Informação – UNICRUZ

Anexo 2: Diagrama mostrando as diversas informações enviadas pelas empresas no SPED.



Fonte: Disciplina de EAD Sistemas de Informação – UNICRUZ

Anexo 3: Fluxo de Comunicação.



Fonte: Disciplina de EAD Sistemas de Informação – UNICRUZ